



O papel da imprensa na mobilização social para a estruturação da assistência médica em Londrina (década de 1940)¹

Natália de Fátima RODRIGUES²

Paulo César BONI³

Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR

Resumo

A assistência médica em Londrina apresentou, na década de 40, um grande avanço com a construção e inauguração da Santa Casa, fato que marcou o início de uma nova fase na prática médica. Este artigo aborda o contexto histórico como pano de fundo e destaca o papel da imprensa na mobilização social para sua construção, passando pelo envolvimento de setores organizados da sociedade e pelas campanhas de arrecadação de fundos para o empreendimento. Relaciona essa experiência da imprensa londrinense com o *jornalismo de desenvolvimento*. Para tanto, além da revisão de literatura, pesquisa em jornais e revistas de época, entrevistas com pioneiros, médicos, pacientes e historiadores, recuperação e análise de documentos iconográficos, o autor de *Conceitos de jornalismo*, Michael Kunczik, foi adotado como referencial teórico para a conceituação e aplicação do jornalismo de desenvolvimento.

Palavras-chave

História de Londrina (PR); história da saúde em Londrina; Santa Casa de Londrina; jornalismo de desenvolvimento; *Paraná Norte*.

1. Introdução

Este artigo aborda o papel da imprensa – representada, principalmente, pelo jornal *Paraná Norte* – na mobilização social que levou à construção da Santa Casa de Londrina, inaugurada em 1944. Para tanto, contextualiza historicamente a cidade e o empreendimento e relaciona essa experiência da imprensa londrinense ao conceito de “jornalismo de desenvolvimento”, apresentado por Michael Kunczik, em seu livro *Conceitos de Jornalismo – Norte e Sul* (2002).

O artigo apresenta resultados parciais do projeto de iniciação científica *A luta pelo progresso: as dificuldades e avanços da Saúde em Londrina na década de 40*, um

¹ Trabalho apresentado na Sessão Jornalismo e Editoração do Intercom Júnior – Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Estudante de Comunicação Social – Habilitação Jornalismo da Universidade Estadual de Londrina. Bolsista de Iniciação Científica. E-mail: natt_48@hotmail.com

³ Orientador do projeto de Iniciação Científica. Professor e pesquisador da Universidade Estadual de Londrina. E-mail: pcboni@sercomtel.com.br



recorte do projeto de pesquisa *A História de Londrina (década de 40) em textos e imagens*, desenvolvido na Universidade Estadual de Londrina.

Como metodologia, foram adotadas a revisão de literatura, pesquisa em jornais e revistas de época, entrevistas com pioneiros, médicos, pacientes e historiadores, a recuperação e análise de documentos iconográficos, e a recuperação e contextualização de depoimentos de médicos pioneiros, presentes em livros, revistas e documentários.

Objetiva-se, ao final, além de historiar Londrina, constatar a contribuição do jornal *Paraná Norte* e demais veículos da imprensa londrinense na estruturação da assistência médica na cidade, que teve a inauguração da Santa Casa, em 1944, um de seus mais importantes marcos evolutivos.

2. Os primeiros anos da medicina em Londrina

Nos primeiros anos da década de 30, os desbravadores não dispunham de nenhum tipo de assistência médica. Atendimentos tinham que ser feitos fora de Londrina, dependendo de precárias condições de transporte. Segundo Boni (2004), foi somente em 1933 que a Companhia de Terras Norte do Paraná construiu o primeiro hospital da cidade, que ficou conhecido como "Hospitalzinho", devido ao seu tamanho diminuto e aos poucos leitos – apenas 12 – que oferecia. Os atendimentos no Hospitalzinho eram principalmente a colonos com traumatismos – na maioria das vezes ocasionados pela derrubada de mata – e urgências cirúrgicas. A estrutura também era precária, com poucos instrumentos e uma pobre farmácia, como revelou o Dr. João Figueiredo em depoimento para Tozzetti e Francisco (2004).

Até a inauguração da Santa Casa, em 1944, a estrutura de atendimento médico era constituída, principalmente, por consultórios particulares. Nessa época também era comum os atendimentos domiciliares, que, de acordo com Tomazi (1985), faziam-se necessários uma vez que o deslocamento da população rural, predominante na época, era dificultado pela precariedade dos meios de transporte e das estradas.

Se, por um lado, na década de 40 faltava atendimento médico devido aos problemas estruturais, como a precariedade dos transportes e das estradas e do pequeno número de leitos, por outro, médicos atendiam gratuitamente os pacientes que não podiam pagar. “Se não pode pagar, não pague. Se pode, pague como puder”, foi como



definiu seu método de cobrança o Dr. Eulalino Ignácio de Andrade, em depoimento a Pellegrini (1991, p.22).

A preocupação da sociedade com o atendimento médico aos chamados “indigentes”, de acordo com Alves (2002), mobilizou a população para a construção de um hospital de caridade, a Santa Casa. Mas essa preocupação existia desde o início da colonização da região, nos anos 30, e, como solução paliativa, a população também se mobilizou para a construção do “Hospitalzinho de Indigentes”, inaugurado em 1938.

Com a construção da Santa Casa o atendimento gratuito foi mantido e ampliado, dando início, segundo Tomazi (1985, p.43) “a uma nova fase da prática médica no município que se caracteriza pela clara definição da clientela entre particular (ou privada) e indigente”. A medicina praticada nessa época passou a apresentar caráter liberal e filantrópico.

A assistência médica é entendida por um lado, como um bem que deve ser comprado pela população que se constitui como clientela privada e, de outro lado como uma ação de caridade para a população considerada indigente, mas nunca como um direito do cidadão. (TOMAZI, 1985, p.43).

A situação de “não pagamento” por parte dos chamados “indigentes” fazia parte de um acordo informal entre proprietários rurais e médicos:

[...] os empregados, parceiros ou meeiros ao precisar de assistência médico-hospitalar, serão atendidos ou internados no hospital como “indigentes”, conforme as fichas de controles, mas na verdade pagarão o próprio tratamento com o rápido retorno ao trabalho, enquanto os patrões enviarão ao hospital donativos em dinheiro ou mercadorias de consumo. (PELEGRINI, 1991, p.32).

2.1 Os precedentes da construção da Santa Casa

Na década de 30, a preocupação com a assistência médica aos indigentes levou a criação, em 1938, do “Hospitalzinho de Indigentes”, fundado pelo médico sanitário Gabriel Martins. A pioneira Da. Nina (Evangalina Bonifácio e Silva) explicou, em depoimento concedido à Alves (2002, p.399), que o hospitalzinho “era uma casa de madeira com quatro cômodos: uma sala, uma cozinha e dois quartos. Um dos quartos



era reservado para doenças contagiosas e o outro quarto e a sala tinham camas que serviam de leitos”.

Enquadram-se na categoria de indigentes os trabalhadores rurais e os pequenos proprietários, como afirma um médico pioneiro entrevistado por Tomazi (1985, p.52). Pertenciam também a esse grupo os chamados mendigos ou vadios, indigentes urbanos que, diferente dos rurais, não se integravam como força de trabalho no processo produtivo.

Segundo Mendonça (2004), a assistência médica, assim como o provimento de serviços básicos como saneamento, fornecimento de água potável e limpeza, estavam sob responsabilidade da Companhia de Terras Norte do Paraná e, em parte, dos adquirentes dos lotes de terra. Tomazi (1985) ainda explica que a obrigação dos colonizadores de proverem os serviços médicos era contratual junto ao governo do Estado do Paraná.

A responsabilidade pelos serviços médicos foi assumida pela CTNP tendo em vista o interesse na prosperidade de seus empreendimentos, posto que condições de segurança e saúde significavam fortes atrativos para novos investidores. Em entrevista concedida no dia 13 de março de 2008, a pioneira Amélia Tozzetti explicou que as motivações da colonizadora nos empreendimentos de saúde eram puramente comerciais. Ela destacou que a CTNP “tinha todo interesse na construção de um hospital, pois as doenças silvestres e outras poderiam comprometer seus negócios”. Por isso, doou o terreno e apoiou a construção da Santa Casa.

Os interesses comerciais da CTNP na administração dos serviços médicos também podem ser constatados no episódio que culminou com a demissão do Dr. Osvaldo Dias de sua função como delegado de Higiene em Londrina. O médico Adolfo Barbosa Góis, em depoimento à Tozzetti e Francisco (2004), relatou que o médico Osvaldo Dias se indispôs com os diretores da colonizadora ao denunciar a eclosão de uma epidemia de febre amarela silvestre, em 1935. O alarde provocou sensível diminuição nas vendas de lotes urbanos e rurais, o que trouxe prejuízos significativos para seus negócios.

De acordo com Mendonça (2004, p.63) alguns autores fazem menção a documentos e depoimentos que relatam a noção de “abandono” por parte do Estado, em relação aos serviços públicos.



Em algumas situações, mesmo as companhias colonizadoras e seus administradores esperavam ações mais consistentes e constantes por parte, tanto do governo do Estado, como do governo central, principalmente quando do controle das doenças epidêmicas.

Diante dessa situação de “abandono”, constatada pelos autores por meio de publicações da época e estudos posteriores, a luta para a estruturação de um sistema de saúde que atendesse a toda população contou, fundamentalmente, com a mobilização social, incitada e disseminada nas páginas do jornal *Paraná Norte*.

2.2 O jornalismo de desenvolvimento na estruturação da assistência médica em Londrina

O jornal *Paraná Norte* (figura 1) surgiu em 1934 e até a criação da Rádio Londrina, em 1943, foi o principal – e por algum tempo único – veículo de comunicação da cidade. Apesar do número limitado de leitores, o jornal narrava em suas páginas relatos da realidade dos primeiros anos da cidade, que podem – e são constantemente – utilizados para contar, somar fragmentos ou mesmo dirimir dúvidas sobre a história de Londrina e região.



Figura 1 – Exemplar do jornal Paraná Norte

A análise de trechos de reportagens veiculadas no *Paraná Norte* permite observar características próprias do *jornalismo de desenvolvimento*, que no contexto analisado, luta pela estruturação do sistema de saúde na cidade, reivindicando veemente o apoio do Estado.

Os rios que circundam e correm nesta zona, espalham malária nas populações rurais. A gente pobre, a gente produtiva da gleba, morre sem recursos desamparada, numa miséria comovente. As crianças, os pequeninos entes indefesos, sucumbem de fome quando os seios maternos secam, se esterilizam pela ardência escaldante da febre.

E nós, cuja função pública é essa de denunciar ao governo os males que infelicizam o povo, vimos denunciar esse, afirmando ao benemérito sr. Presidente da república, ao sr. Interventor federal, que nesta região há gente que morre de miséria, crianças morrem de fome, todos flagelados pela malária.

[...] O chamado hospitalzinho de Londrina, não tem mais medicamentos, nem dieta, nem cousa alguma. Dali são dispensados diariamente inúmeros flagelados sem o menor socorro, de mãos



vazias. Só lhes acompanham a comiseração do médico e uma lágrima furtiva da enfermeira.⁴

O termo *jornalismo de desenvolvimento* surgiu, de acordo com Kunczik (2002, p.131), em 1967 para definir uma visão do jornalismo segundo a qual “a reportagem dos eventos de importância nacional e internacional deveria ser construtiva” contribuindo, deste modo, com o desenvolvimento do país.

Vilanilam (1979, p.33, *apud* KUNCZIK, 2002, p.132) define o termo como “o jornalismo que se relaciona com os projetos e os programas lançados em um país economicamente atrasado a fim de oferecer certos níveis mínimos de vida para as pessoas”.

O trecho da reportagem do *Paraná Norte* reproduzido acima revela a preocupação com a situação daqueles que não podiam pagar pelos serviços médicos, tendo que recorrer ao “Hospitalzinho de Indigentes”, que oferecia atendimento gratuito. A reportagem foi ainda motivada por um agravante. Em março de 1941 houve uma epidemia de malária na região, o que tornou sua estrutura insuficiente para atender à demanda pelos serviços médicos. Segundo Alves (2002, p.402), “o Hospitalzinho tinha que dispensar diariamente inúmeros flagelados por estar sem condições de lhes prestar o mínimo socorro”.

Diante desta situação, a reivindicação por ações do poder público foi reproduzida na reportagem, dando voz aos anseios da população. O questionamento da falta de intervenção por parte do Estado permite a identificação do “jornalismo de desenvolvimento investigativo” que, segundo Kunczik (2002, p.136), “põe ênfase no questionamento e na avaliação crítica da utilidade dos projetos de desenvolvimento”.

Ainda que as reivindicações, neste caso, tenham sido pontuais – motivadas, principalmente, pela epidemia de malária – a análise do contexto político e social permite a observação de questionamentos estruturais, que se referem ao modo como os serviços médicos eram oferecidos neste período. Como já exposto, a CTNP era responsável pelo provimento de tais serviços. Conforme Arias Neto (1993) e Tomazi (1997, *apud* MENDONÇA, 2004, p.62):

[...] o contrato celebrado entre a CTNP e o governo do Estado do Paraná estabeleceu como obrigação da empresa a responsabilidade e,

⁴ MALÁRIA. *Paraná Norte*, Londrina, v.7, n 333, 2, mar., 1941, p.1 (*apud* ALVES, 2002, p.402)



ao mesmo tempo, o monopólio sobre os serviços públicos, tais como: iluminação, comunicações, transportes, fornecimento de água e assistência médica aos funcionários da companhia e aos adquirentes dos lotes de terras comercializados pela empresa liberado, portanto, o governo do estado destas obrigações.

Quando questionava a inexistência de ações do poder público para o atendimento aos indigentes, o *Paraná Norte*, em primeira instância, questionava o “projeto” adotado pelo governo para a região de Londrina, que consistia na delegação de parte de suas obrigações à iniciativa privada. De acordo com Mendonça (2004, p.63) “esperava-se que o governo tivesse maior iniciativa e atuasse mais intensamente em áreas de interesse público, no caso, os serviços médicos e de saneamento”.

Neste contexto o jornal (ou o jornalista) assume o papel de “defensor”, característico do jornalismo socialmente engajado, que, segundo Kunczik (2002, p.97), “é ativamente comprometido, participativo, que promove causas”. O “defensor”, de acordo com o autor (2002, p.97), é o representante de “grupos socialmente abandonados”, que, por meio dessa representação, dão voz às suas reivindicações frente ao poder público.

Em outro trecho do *Paraná Norte*, o jornal, assumindo o papel de “defensor”, busca, por meio da apresentação das condições de miséria em que viviam os indigentes de Londrina, despertar o sentimento de solidariedade nas pessoas e motivá-las para auxiliar os pobres:

Atraída pela justa fama de Londrina muita gente humilde de poucos recursos pecuniários, aqui chega na visão de um futuro melhor, de uma fatia de pão para a prole sem abastança. E essa gente luta, mourejando na gleba portentosa. Luta e vence. Mas há exceções dolorosas. Na gleba ou nas atividades da urbs, há os vencidos. Há os que foram surpreendidos pelas enfermidades traiçoeiras e que tomaram exaustos com o coração amargurado ao lado da esposa soluçante, dos filhinho famintos...

[...] Pois bem para esses vencidos, enfermos, desvalidos, não há médicos nem remédios na cidade rumorosa, mesmo porque, onde não há possibilidade de remédios, a presença do médico se torna inútil. A essa gente infeliz a sociedade deve auxílio. É muito triste, muito constrangedora a idéia de deixar alguém morrer de miséria, desamparo, roído por uma enfermidade, numa terra de tanta fartura, de tanta opulência.⁵

⁵ Jornal *Paraná Norte*. v.7, jul. 1940, n.299, p.1 (apud ALVES, 2002, p.390)



Diante dos apelos, a sociedade se mobilizou para realizar campanhas com o objetivo de angariar fundos. O apoio do jornal *Paraná Norte* foi fundamental para o sucesso dessas campanhas. Alves (2002) destaca que, dentre outras iniciativas, o jornal noticiou o baile que seria realizado nos salões do Grêmio Literário Recreativo Londrinense, em benefício do Hospitalzinho.

Mas a mobilização ganhou dimensões ainda maiores, uma vez que a sociedade reconheceu a necessidade de se construir um hospital com estrutura para atender à demanda de indigentes. Naquela época existia a comissão Pró-construção do Hospital de Londrina que, segundo Alves (2002, p.404), “era responsável por angariar fundos, realizar campanhas e mobilizar a comunidade, uma vez que, embora existisse o Hospitalzinho de Indigentes o único hospital reconhecido na cidade era o da Companhia de Terras”, que, devido ao seu tamanho reduzido, não tinha condições de atender toda a população.

Em 15 de setembro de 1940, ainda na gestão de Dr. Willie Davids, resolveu-se que o Hospital de Londrina, por ter como um dos objetivos atender doentes indigentes, deveria ser construído por uma Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, que precisava ser formada para este fim específico. (ALVES, 2002, p.405).

Assim, a população se voltou para a construção da Santa Casa, um hospital que seria feito pela cidade, não só pela iniciativa de reivindicar sua criação como a de, mais tarde, angariar fundos para sua construção e realizar doações para a sua manutenção. “A Santa Casa sempre foi um exemplo da capacidade da comunidade londrinense de resolver seus problemas de forma cooperativa.” (LOMBA, 1994, p.52)

2.3 A construção da Santa Casa

Em meados da década de 40, Londrina já apresentava avanços significativos na estrutura de atendimento médico. A fundação da Associação Médica de Londrina, em 1941 – que inicialmente era chamada de Sociedade Médica de Londrina –, a inauguração da Santa Casa, em 1944, e a própria evolução urbana da cidade, com obras de abastecimento de água potável, saneamento e a pavimentação das ruas, que facilitou e agilizou o transporte de pessoas aos hospitais, evidenciavam os primeiros indícios de Londrina se transformaria num importante centro médico.



Segundo Tomazi (1985) a construção da Santa Casa marca a segunda fase da prática médica em Londrina, que tem início na metade da década de 40 e vai até o começo da década de 60. A fase inicial da medicina, que se caracterizou pelo desbravamento pioneiro – onde os médicos se deslocavam até seus pacientes para realizar os atendimentos – tem seu fim com a criação de uma estrutura hospitalar para o atendimento médico. Essa estrutura, somada ao início do calçamento da cidade, que, segundo Pellegrini (1991, p.32), “revoluciona a vida na cidade”, permitiu, então, o deslocamento do paciente para buscar os serviços médicos.

O terreno para a construção da Santa Casa foi doado pela Companhia de Terras Norte do Paraná, que, como já foi ressaltado, tinha interesses comerciais na criação de um hospital. Segundo a pioneira Amélia Tozzetti⁶ os médicos também dispensaram importante apoio ao projeto, pois tinham o maior interesse na construção de um hospital grande e bem equipado, pois poderiam utilizá-lo caso precisassem internar algum paciente atendido em seu consultório, para tratamento ou intervenção cirúrgica, evitando os transtornos de seu transporte para outras cidades.

O médico pioneiro Dr. Caio de Moura Rangel, em depoimento à Tozzetti e Francisco (2004, p.67), referiu-se à construção da Santa Casa – e posteriormente do Hospital Evangélico – como marcos no desenvolvimento da medicina em Londrina. “Ambos trouxeram, na hora certa, o apoio tático que a classe médica necessitava para melhorar em ampliar seus serviços no Norte do Paraná.”

A mobilização social também foi essencial para sua construção. As campanhas e eventos, antes direcionados ao Hospitalzinho de Indigentes, voltaram-se, então, para a construção da Santa Casa. Desde a criação da Sociedade Beneficente em 1936 – posteriormente chamada de Irmandade Santa Casa de Londrina – voltada para sua construção, várias promoções marcaram a campanha para a arrecadação de fundos. Havia ainda a permanente realização de festas no *Redondo*, espécie de clube que funcionava num barracão cedido pela CTNP. “Boas lembranças são as quermesses para construção da Santa Casa, as barraquinhas no quarteirão cercado de balaústres; e moças disputando os médicos solteiros”, lembrou o pioneiro Dr. Jurandyr Moraes da Silva, em depoimento a Pellegrini (1991, p.37).

As doações também eram constantes, não só para a construção, como mais tarde para manter seu funcionamento. Dona Amélia lembra com deferência de um grande

⁶ Entrevista concedida aos autores, em 13 de março de 2008.



colaborador, o Sr. José Bonifácio e Silva, um cerealista bem sucedido na cidade, sócio da importante firma *Frederico Platzeck & Co Ltda* – uma das maiores organizações comerciais da Sorocabana – que participou de diversas campanhas e doou muito dinheiro para a construção da Santa Casa. Por fim, a historiadora destaca que as doações de particulares foram muito importantes para a realização desse projeto.

A Rádio Londrina também colaborou, doando a renda publicitária de sua programação inaugural – Cr\$ 18.070 – para as obras do hospital. Inaugurada, oficialmente, no dia 15 de novembro de 1943 a rádio apresentava uma programação diversificada, trazendo programas femininos, culturais e de entretenimento. O jornalismo também era explorado, com o programa *Coisas da Cidade*, que mostrava o cotidiano e denunciava os principais problemas da cidade.

Outra importante função da Rádio Londrina era o serviço de utilidade pública. Jackson Proença Testa⁷, ex-reitor da Universidade Estadual de Londrina, chegou à cidade em 1968, e se lembra que “antes de sair de casa à noite para comprar um remédio, as pessoas ouviam quais farmácias estavam de plantão”.

O pioneiro Hikoma Udihara foi um dos primeiros agenciadores de terras da CTNP. Ele conseguiu exclusividade da colonizadora para negociar com os japoneses. Era um empreendedor visionário. Para ele, não bastava vender terras, era preciso apostar – enveredar esforços para o – no progresso da região. Primeiro cinegrafista do norte do Paraná, responsável por um acervo documental riquíssimo dos primórdios da região, hoje em poder do Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss, Udihara também participou ativamente das campanhas para a construção do hospital. De acordo com Cesaro (2007, p.107), durante anos, “captou imagens 16mm e as exibiu como propaganda durante a campanha de arrecadação de fundos para a construção da Santa Casa de Londrina”.

O primeiro Estatuto da Irmandade Santa Casa de Londrina, transcrito em ata da reunião da diretoria, ocorrida em 24 de março de 1941, informava a respeito das verbas para a manutenção de seus serviços médicos: “As rendas constarão: a)- das contribuições dos sócios; b)- das doações e legados; c)- dos frutos e rendimentos dos bens referidos no artigo antecedente; d)- das esmolas e pensões; e)- das subvenções; f)- das rendas do hospital.” (TOMAZI, 1985, p.44). Segundo a autora (1985, p.48) “a Santa Casa era vista como uma instituição de caridade – no sentido cristão de

⁷ Entrevista concedida a Bruna Mayara Komarchesqui em 2 de junho de 2008.

responsabilidade pelo cuidado à pobreza – e como possibilidade de expiação dos pecados através da esmola”.

A cerimônia de inauguração da Santa Casa (figura 2), realizada na sede social do Aeroclub, em 7 de setembro de 1944, foi transmitida pela ZYD-4 – Rádio Londrina. A imprensa, que esteve presente no início, representada pelo jornal *Paraná Norte*, impulsionando a construção do hospital, agora mostrava a concretização de um sonho construído pelas mãos de toda a sociedade londrinense.

Fotógrafo: José Juliani



Figura 2 – Santa Casa de Londrina, inaugurada em 7 de setembro de 1944. A torre tinha uma função estratégica: convocar os médicos, quando suas luzes se acendiam, para algum atendimento de urgência. Hoje, em desuso, ela é mantida como um símbolo da luta pela vida.

3. Considerações Finais

A estruturação da assistência médica em Londrina teve apoio tanto das classes médica e empresarial – esta representada pela Companhia de Terras Norte do Paraná – como também de toda a população, que, preocupada com a condição dos indigentes da cidade, resolveu reivindicar a construção de um hospital de Caridade: a Santa Casa de Londrina.

A reivindicação também surgiu por parte da imprensa, que nas páginas do jornal *Paraná Norte*, mostrava seu descontentamento em relação à inexistência de ações



públicas para a melhoria dos serviços médicos na cidade. Por meio da constatação da situação de “abandono” da cidade pelo Estado – no que diz respeito à saúde – o jornal busca incitar a mobilização social para a estruturação da assistência médica. As reivindicações da imprensa se configuram como práticas do *jornalismo de desenvolvimento*, conceito este que, apesar de ter surgido somente em 1967, já era aplicado pelos pioneiros da imprensa londrinense.

Deste modo a sociedade se uniu para a construção da Santa Casa, um hospital de caridade que, nesta época, apresentou uma clara distinção entre clientela privada e “indigentes” e marcou o início da segunda fase da prática médica em Londrina.

Referências

ALVES, Jolinda Moraes. **História da assistência social aos pobres em Londrina: 1940 – 1980**. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Ciências e Letras, Departamento de História. Universidade Estadual Paulista. Assis, 2002.

BONI, Paulo César. **Fincando estacas! A História de Londrina (década de 30) em textos e imagens**. Londrina: Edição do autor, 2004.

CESARO, Caio Júlio. Memória e identidade regional no cinema de Udihara. **Discursos Fotográficos**, Londrina, v.3, n.3, 2007, p.97-112.

KUNCZIK, Michael. **Conceitos de Jornalismo – Norte e Sul: manual de comunicação**. 2.ed. São Paulo: Edusp, 2002.

LOMBA, Luis. **Santa Casa foi feita pela cidade**. Revista Especial 60 Anos – Associação Médica, 1994.

MENDONÇA, Lúcia Glicério **Parteiras em Londrina (1929 – 1978)**. Dissertação (História das Ciências da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz). Rio de Janeiro, 2004.

PELLEGRINI, Domingos. **Revista 50 Anos de Arte**. Londrina: Associação Médica de Londrina, 1991.

TOMAZI, Zelma Francisca Torres. **Da Medicina Liberal à Medicina Previdenciária: Movimento de livre-escolha do médico pelo paciente (Londrina 1960 a 1968)**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1985.

TOZZETTI Amélia Nogueira; FRANCISCO, Roberto. **Chegada a Canaã: Eles construíram a medicina em Londrina**. Londrina: Associação Médica de Londrina, 2004.